

O soldado prático, de Diogo do Couto

MARCIA ARRUDA FRANCO (USP)

A Coleção Biblioteca Lusitana (BL), dirigida por António Apolinário Lourenço, conta até o momento com três volumes editados: o primeiro, sobre Fernando Pessoa, é a reedição revista da clássica e esgotada edição de *Mensagem*, elaborada pelo coordenador da BL; os outros, sobre o século XVI, *Menina e moça ou Saudades*, cujo texto é estabelecido a partir do manuscrito Asensio-Pina Martins, por Juan M. Carrasco González, e a edição em resenha. Trata-se de uma coleção de 25 clássicos da literatura portuguesa, do Trovadorismo à Contemporaneidade, a serem reeditados nos próximos anos, num convênio entre a editora Angelus-Novus e o Centro de Literatura Portuguesa (CLP) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Pretende-se com a BL, por um tratamento filológico do texto, operar uma revisão da história da literatura, oferecendo um cânone de autores relativo a cada século. Do século XVI, por exemplo, não se trata apenas de reeditar grandes autores como Camões e Gil Vicente, mas também de trazer a lume reedições da novela de Bernardim Ribeiro, da poesia de Sá de Miranda (cuja edição ficou a meu encargo e deverá vir a lume em breve) e de textos da literatura de expansão portuguesa, como a *Carta de Pero Vaz de Caminha* e o *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e *O soldado prático*, de Diogo do Couto. A BL almeja tanto um público universitário, os estudantes e professores das Faculdades de Letras e Humanidades, no mundo lusófono, como os professores e alunos do ensino médio, caracterizando-se por um projeto editorial coeso, rigoroso e inovador.

Ana María García Martín, professora de filologia portuguesa na Universidade de Salamanca, autora de uma edição crítica da *Coronica troiana em linguagem portuguesa* (Salamanca, 1998), tradução portuguesa quinhentista da versão

castelhana impressa da “Crónica troyana”, e, mais recentemente, do poema heroico-cômico setecentista *O hissope* (Coimbra, 2006), em parceria com Pedro Serra, ficou responsável pela reedição de *O soldado prático*. Trata-se do segundo diálogo redigido por Diogo do Couto, o tardio cronista da Ásia, a respeito da decadência da empresa oriental, desnudando, na peroração do soldado prático, a estrutura corrupta da administração do Estado da Índia. Por fim, como uma espécie de conselheiro real, acaba por sugerir a exploração das minas de ouro africanas de Monomotapa, como solução econômica para a falência da empresa oriental.

A edição de Ana María García Martín segue rigorosamente as regras da BL, apresentando introdução crítica composta de (1) ensaio crítico sobre a vida, a obra e o estilo da escrita e da linguagem de Diogo do Couto, com uma revisão da fortuna crítica a respeito do texto editado; (2) justificativa filológica para a escolha do manuscrito-base e dos critérios de transcrição; (3) bibliografia comentada das obras essenciais para o estudo de *O soldado prático*, e, por último no volume; (4) cronologia correspondente ao período de vida do autor em questão. Além disso, a edição é rigorosamente anotada dos pontos de vista histórico-cultural e filológico, trazendo um “Glossário de palavras antigas e formas divergentes obsoletas”.

De saída, Ana María García Martín afirma que Diogo do Couto (1542-1616) representa a figura do perfeito homem renascentista, um cortesão de armas e letras. Nasceu na corte e abraçou a carreira militar na Índia como forma meritória de ascender socialmente. Em 1595 criou o Tombo de Goa com a autorização de Filipe II e pôde exercer pelos últimos 20 anos de sua vida, cargo de “tanto relevo na sociedade goesa como era ser o seu cronista oficial”. É nesse sentido que o diálogo editado apresenta-se como um texto não oficial de Couto, isto é, escrito como “testemunho ideológico” e de certa forma lúcido analista econômico do Estado da Índia, não só por propor o extrativismo mineral, mas por ser crítico do sistema de fortalezas, ineficaz na obra da colonização. A sua própria vida de casado em Goa manifesta a sua compreensão de que a base da colonização seria a construção de uma sociedade lusófona no Oriente. Desse modo, critica a orientação política trienal do serviço militar e do vice-reinado, altamente pernicioso e instigador da prática da corrupção. Para a editora, a personagem do soldado prático, isto é, aquele que pratica ou conversa sobre a sua experiência no Estado da Índia,

é uma espécie de *alter ego* de Diogo do Couto. Ao considerar o soldado ou a estrutura militar básica para a colonização no Oriente, o cronista oficial de Goa pretende vincar a necessidade de serem criadas as bases cívicas e sociais da cultura portuguesa na Índia, a partir de uma política de casamento, em que as mulheres, viúvas e órfãs fossem protegidas.

Do ponto de vista filológico, Ana María García Martín também explica, em sua “Introdução”, que com o título de *O soldado prático* são referidos dois textos de Diogo do Couto, em dois manuscritos, em duas formas literárias, uma delas em duas lições. Isto é, há dois diálogos com o mesmo título que são textos com formações genológicas distintas, de modo que se pode falar em primeiro e segundo diálogos de *O soldado prático*. O primeiro, otimista e popular, espécie de “mostruário de vice-reis”, segundo Winius, e o segundo com um ar de dissertação moral e cívica bem mais “aborrecível”, para usar a expressão de Rodrigues Lapa, dois estudiosos que se debruçaram sobre a obra de Diogo do Couto.

Nenhum dos diálogos foi organizado para impressão pelo autor e permaneceram manuscritos por cerca de 200 anos. Em suas duas formas literárias, como estão no manuscrito A-1572 da Academia de Ciências de Lisboa (ACL), os diálogos foram ambos editados no século XVIII, e também recentemente, por Coimbra Martins. As duas composições distintas não são aqui reeditadas, pois se parte agora do manuscrito n.º463 da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), onde foi preservada apenas a outra lição, ou etapa da escrita do segundo diálogo de *O soldado prático*.

O diálogo presente apenas no manuscrito da ACL, o primeiro diálogo de *O soldado prático*, mais curto, se trata, até no uso de uma linguagem popular, como esclarece a editora, de outra composição, onde há apenas dois personagens, o soldado e o fidalgo, isto é, não se confunde com o texto agora reeditado do soldado experiente nas lides do Oriente, que disserta, proferindo discursos longos para o fidalgo e o despachador da Casa da Índia, cuja função é dirigirem os tópicos a serem tratados, numa espécie de conversa, durante três encontros. Como defende Ana María García Martín, a lição do manuscrito n.º 463 da BNL, também editada por Rodrigues Lapa, é a melhor, já que representa um estado mais maduro da escrita desse segundo diálogo.

A razão para a escolha do manuscrito-base e desse diálogo mais erudito é tanto de ordem filológica como histórico-cultural: o testemunho é em parte

um autógrafo revisto pelo próprio autor, cuja mão se insinua nas margens e nas entrelinhas de grande parte do manuscrito. Além disso, o segundo diálogo aprofunda a análise sobre a corrupção estrutural do Estado da Índia, inscrevendo-se como fonte da história da expansão portuguesa no Oriente. De fato, a obra tem sido mais estudada como clássico da literatura da expansão do que como obra literária.

O princípio linguístico que norteia essa edição é a assunção de que as obras de séculos passados representam um estado da língua de cultura, que, por sua vez, corresponde a um estado da língua natural, tanto no que diz respeito à pronúncia como no que diz respeito aos outros níveis linguísticos, isto é, à morfologia, à sintaxe e à semântica. Desse modo, nessa reedição de *O soldado prático*, a linguagem quinhentista é preservada por meio de um respeito à lição do manuscrito, sendo as intervenções editoriais pequenas, visando apenas a facilitar o entendimento das frases-centopeias desse autor, e corrigindo grafias e lapsos evidentes do escriba. Tais correções são exaustivamente anotadas no rodapé, onde é transcrita a forma presente no manuscrito-base, quer ao indicar todas as intervenções da mão de Couto no processo de revisão do texto do escriba, a ponto de podermos imaginar as margens do manuscrito, quer relativamente à indicação das próprias intervenções editoriais. A dificuldade de ler essa obra encontra-se no emprego do estilo dissertativo, operante numa espécie de agramaticalidade discursiva, que a pontuação gramatical de Ana María García Martín busca contornar. Alguns sinais da escrita preservam a letra do manuscrito, como a manutenção da forma abreviada “nhum” (ne-nhum). A anotação de Ana María García Martín ainda elucida a respeito das referências geográficas, históricas e artísticas, apresentando oportunamente variantes do manuscrito A – 1972 da ACL.

Como salienta, é preciso rever a noção, propagada desde o seu primeiro biógrafo, Manuel Severim de Faria, de que o segundo diálogo de Couto seja uma obra da juventude, refeita de memória no último ano de vida, devido ao roubo do primeiro manuscrito. Embora seja referida logo na primeira década da Ásia por ele redigida, a quarta da série (as três primeiras foram redigidas por João de Barros), essa referência deve dirigir-se ao primeiro diálogo de *O soldado prático* ou a uma primeira redação do segundo. De fato, a partir da leitura dos manuscritos, analisando a remissão a fatos históricos, Ana María García Martín pode afirmar que a obra foi reescrita ao longo de meia vida

do autor e que assumiu uma conformação superposta pelo acréscimo ou colagem de sucessivos fragmentos, aparentemente contraditórios, redigidos ao longo dos anos, como elucidada na excelente nota 26 da página 23. Tendo sido reescrito ao longo de décadas, o melhor códice para a base editorial, mesmo numa edição escolar, isto é, não crítica, não é o mais antigo, e sim o mais recente, pois contém as correções que correspondem à última vontade autoral.

Do ponto de vista da história cultural e do livro, Ana María García Martín analisa o uso dissertativo da forma dialógica n’*O soldado prático*, e interpreta o emprego do argumento de autoridade livresca, sempre colhida nos manuais correntes no tempo. Enfatiza a importância desse texto para se compreender o lado negativo do império lusíada, a sua lenda negra, na imagem consagrada pela crítica coutiana. Por meio da fala do soldado ao despachador da Casa da Índia e ao fidalgo – ex-vice-rei da Índia, por sucessão, isto é “nomeado por razões de emergência entre os residentes em Goa” –, alguns mecanismos de corrupção do Estado da Índia são denunciados, como os “soldos velhos” e as “dívidas velhas”. A política do privilégio, ou das aderências, é criticada na naturalidade com que legitima o nepotismo na administração do Estado da Índia. O abuso da coisa pública e do tesouro do rei é o cancro da empresa mercantilista, pois todos os que governam em Goa buscam privilégios para si, seus parentes e amigos. A exploração do trabalho do vassalo é ainda ultrajante pela forma com que devem os soldados receber no reino o pagamento pelos serviços de décadas à coroa e ao império no ultramar, por meio de um processo moroso e emperrado nas malhas corruptas da administração pública.

O soldado prático nos mostra uma consciência crítica da gestão do Estado da Índia que aproxima o seu autor da visão política presente em algumas sátiras de Luís de Camões, como “Os disparates da Índia”, ou a “Zombaria que fez aos moradores de Goa, na entrada no governo de Francisco Barreto”, ou ainda nas “Oitavas ao Desconcerto do Mundo”, ou na esparsa ao mesmo tema, mas, sobretudo, em *Os lusíadas*, obra citada logo no fim da primeira parte ou dia de conversa. Tanto o cronista como o poeta consideram um trajeto de decadência que supõe um tempo heroico das conquistas. Como pondera Ana María García Martín, trata-se de uma crítica ética contra a política mercantilista, pela denúncia da máquina corrupta que constitui o Estado da Índia, e pela consciência da vulnerabilidade do império português no Oriente. Por ser uma obra de crítica à empresa oriental lusíada, *O soldado prático* constitui-se de

um texto referencial para uma revisão da história da expansão portuguesa no Oriente, com um lugar capital na tentativa de se explicar o fracasso mercantilista de tal empresa, na passagem do século XVI para o XVII. Em suma, só nos resta saudar a iniciativa dos professores da FLUC, do CLP, e da editora Angelus-Novus, em levarem adiante esse projeto editorial, que pretende pôr em questão a releitura dos clássicos das letras e da história da expansão portuguesa, oferecendo a cura das novas edições a professores portugueses e também a especialistas no mundo lusófono, segundo um critério de competência e rigor.

Recebido em 03/03/2011 e aprovado em 01/04/2011.